



Ex.ma Senhora  
Dra. Sandra Costa Dias  
M. I. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais  
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

13 de outubro de 2025

Assunto: PARECER SOBRE A PETIÇÃO N.º 33/XIII/2.ª - "PELA CRIAÇÃO DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA NÁUTICA E SUBAQUÁTICA NOS AÇORES"

Proc: 11/A

Nª refª: 127

Em resposta ao pedido de parecer que nos foi endereçado através do ofício com a saída n.º S/2433/2025, de 22 de setembro, o Instituto Açoriano de Cultura vem por este meio contribuir para a apreciação do referido processo, remetendo em anexo o respetivo parecer.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, permanecemos inteiramente à disposição.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Direção

Rogério Sousa



Assinado por: Rogério Paulo  
Nogueira e Sousa  
Identificação: ██████████  
Data: 2025-10-13 às 22:03:09

## **Parecer Institucional sobre a Petição para a Criação do Museu Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática nos Açores**

O Instituto Açoriano de Cultura (IAC), enquanto entidade promotora da valorização da identidade cultural açoriana e do seu património material e imaterial, foi convidado pela Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a emitir parecer sobre a petição n.º 33/XIII/2.<sup>a</sup>, que propõe a criação do Museu Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (MNANS) nos Açores.

Este parecer tem como objetivo analisar a pertinência, viabilidade e o enquadramento institucional da petição “Pela Criação do Museu Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática nos Açores”, à luz da missão do IAC e do contexto histórico, científico e político da Região Autónoma dos Açores.

A proposta surge no contexto das comemorações dos 600 anos do povoamento dos Açores (2027) e dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa (1976), assumindo-se como um gesto simbólico e estruturante de descentralização cultural, reforço da coesão territorial e valorização da autonomia regional.

A proposta destaca o papel pioneiro dos Açores na arqueologia subaquática nacional e internacional, evidenciado por marcos históricos como a primeira campanha internacional (1972), a primeira reserva arqueológica subaquática (1973), e a criação do primeiro parque arqueológico subaquático (2005).

A atribuição do *European Heritage Label* pela União Europeia (2020), e o reconhecimento pela UNESCO com o selo *Best Practices for Underwater Cultural Heritage* (2019) reforçam a distinção da região por boas práticas na proteção do património cultural submerso.

Estes elementos demonstram não apenas a relevância científica dos Açores neste domínio, mas também a sua capacidade institucional e técnica para acolher uma estrutura museológica de âmbito nacional.

A criação do MNANS nos Açores encontra-se alinhada com os objetivos estruturais do IAC, nomeadamente a valorização do património cultural açoriano; a promoção da investigação científica e da educação patrimonial; a afirmação da identidade açoriana no contexto nacional e internacional; e o incentivo à descentralização e à coesão territorial no domínio cultural, entre outros complementares.

O IAC considera que a proposta apresenta um potencial significativo para o desenvolvimento de redes de investigação, turismo cultural e educação patrimonial, podendo constituir-se como um polo de excelência na museologia marítima e subaquática, com impacto positivo na economia do conhecimento e na projeção internacional dos Açores.

O IAC entende que a criação do MNANS nos Açores não se limita à valorização do património regional, uma vez que se propõe representar uma dimensão mais ampla da história portuguesa e mundial. Ao reunir e interpretar vestígios de naufrágios e rotas marítimas que cruzaram o Atlântico ao longo de séculos, este museu poderá oferecer uma leitura abrangente da epopeia dos Descobrimentos, enquanto primeiro movimento estruturado de globalização.

Neste sentido, o MNANS não será apenas um espaço de memória regional, mas sim um centro de referência nacional e internacional, justificado não apenas pela escala e relevância dos conteúdos que poderá acolher, mas também pela sua capacidade de contribuir para uma narrativa histórica partilhada, que liga os Açores ao mundo.

Esta ambição valida plenamente o conceito de museu nacional, reforçando a legitimidade da proposta e o seu enquadramento no sistema museológico português.

O IAC considera que a criação de um museu nacional em território regional implica uma articulação cuidadosa entre a tutela nacional e a legislação autonómica, nomeadamente a Lei n.º 19/2000, que regula a gestão do património cultural na Região Autónoma dos Açores.

O IAC considera essencial que o projeto respeite os princípios da autonomia regional, promovendo uma governação partilhada e colaborativa entre o Estado e a Região, assegurando simultaneamente a representatividade nacional da instituição e a valorização das especificidades locais.

A ausência de precedentes de museus nacionais fora do continente português reforça o caráter inovador da proposta, mas também exige um debate técnico e político aprofundado sobre o modelo de gestão, financiamento e enquadramento legal da futura instituição.

O Instituto Açoriano de Cultura emite parecer favorável à petição, recomendando que:

- O projeto seja desenvolvido em estreita articulação com entidades regionais e nacionais;
- Seja promovido um debate público e científico sobre o modelo museológico e jurídico da instituição;

- Se assegure a sustentabilidade científica, museológica e financeira do museu;
- Se envolvam universidades, centros de investigação e associações culturais na conceção e implementação do projeto.

O IAC considera que a criação do Museu Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática nos Açores representa uma oportunidade estratégica para a valorização do património cultural submerso, para a afirmação da identidade açoriana e para a promoção de uma política cultural mais inclusiva, descentralizada e inovadora.

O Instituto Açoriano de Cultura manifesta, assim, a sua disponibilidade para colaborar ativamente na concretização desta iniciativa pioneira, que poderá marcar uma nova etapa na relação entre cultura, território e cidadania.

Angra do Heroísmo, 13 de outubro de 2025



Assinado por: Rogério Paulo  
Nogueira e Sousa  
Identificação: [REDACTED]  
Data: 2025-10-13 às 21:58:10

Presidente da Direção do Instituto Açoriano de Cultura